

ATA N.º 1

REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DE 05-01-2012

Aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e doze, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Aveiro, no edifício dos Paços do Concelho, sob a direção do Sr. Presidente Dr. Élio Manuel Delgado da Maia e com a presença dos Srs. Vereadores Dr.ª Maria da Luz Nolasco Cardoso, Eng.º Carlos Manuel da Silva Santos, Dr. Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Dr.ª Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Dr.ª Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Christo, Dr. João Francisco Carvalho Sousa, Dr.ª Helena Maria de Oliveira Dias Libório e a Sr.ª Vereadora Dr.ª Marília Fernanda Correia Martins em substituição do Dr. José da Cruz Costa.

Pelas 20:30, o Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião.

APROVAÇÃO DAS ATAS

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata n.º 28 do ano de 2011.

SALDO DE GERÊNCIA

A Câmara tomou conhecimento do Mapa de Fluxos de Caixa relativo ao dia 5 de janeiro de 2012, o qual acusa os seguintes movimentos:

RECEBIMENTOS			PAGAMENTOS		
Saldo da Gerência Anterior		2.086.312,41€	Total das Despesas Orçamentais		176,39€
Execução Orçamental	1.655.953,02€		Despesas Correntes	176,39€	
Operações de Tesouraria	430.359,39€		Despesas de Capital	0,00€	
<b>Total das Receitas Orçamentais</b>		<b>310.257,56€</b>	<b>Operações de Tesouraria</b>		<b>0,00€</b>
Receitas Correntes	310.257,56€		Saldo para o Dia Seguinte		2.397.576,37€
Receitas de Capital	0,00€		Execução Orçamental	1.996.034,19€	
Receitas Outras	0,00€		Operações de Tesouraria	431.542,18€	
<b>Operações de Tesouraria</b>		<b>1.182,79€</b>	<b>Total...</b>		<b>2.397.752,76€</b>
<b>Total...</b>		<b>2.397.752,76€</b>			

*PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA*

A Mordomia de S. Gonçalinho entregou ao Sr. Presidente, em nome da Comissão de Festas, uma imagem do S. Gonçalinho em *biscuit* e uma serigrafia do mesmo, para agradecer todo o apoio recebido da CMA, e convidando a todos a participarem das festas neste ano de 2012.

Em nome do Executivo, o **Sr. Presidente** agradeceu a iniciativa e o gesto, e destacou o facto de que na Cidade de Aveiro é raro ser visto esse tipo de agradecimento, uma vez que o habitual é serem feitas exigências que, após atendidas, não são agradecidas. Disse que a CMA apenas cumprira a sua obrigação e que até seria justo que fosse o Executivo a deslocar-se à Mordomia para agradecer o trabalho desta, tanto pelo de 2011 quanto pelo de 2012, na valorização e requalificação da Capela de São Gonçalinho, a par de todo o trabalho lúdico para a promoção das festas em sua homenagem. Disse que houve uma nota que marcou muito o trabalho da Comissão, há cerca de 2 anos, que foi o facto de, passados apenas dois dias depois de terem recebido o Ramo, apresentaram ao Executivo os projetos para as obras.

*Intervenção dos Srs. Vereadores*

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Dr.<sup>a</sup> **Helena Libório** discorreu sobre a situação dos centros escolares do Concelho de Aveiro, que serão construídos ou requalificados e, pelo que verificou, pelas verbas inscritas no orçamento para 2012, apenas os da Glória e de Verdemilho ficarão concluídos. Os outros, só para 2013. Pediu informações sobre o das Barrocas, nomeadamente sobre se existe financiamento. Sobre o de São Jacinto, que presumiu ser uma requalificação, quis saber qual a tipologia. Da mesma forma, sobre os centros de Cacia, Santa Joana, Oliveirinha e Parque Desportivo de Aveiro, com investimentos de pouco mais de 1 milhão de euros, perguntou sobre a dimensão e tipologia e a que alunos procura dar respostas. Quis saber, portanto, em que fases estavam esses 5 centros escolares de raiz, nomeadamente se o Executivo iria ter em conta a sua concepção, na revisão da Carta Educativa.

Perguntou se o Executivo pretendia considerar, na elaboração dos projetos para os novos centros escolares, a futura realidade derivada do acordo com a “troika”, que prevê o reordenamento da rede escolar, incluindo a agregação de agrupamentos e escolas ainda por agrupar.

Lembrou que a situação de Esgueira é das mais preocupantes, pois não se terá, em 2012, as turmas a funcionarem em regime normal. A solução para este problema poderia ser integrada, tendo em conta as obras previstas para a Escola Secundária Jaime Magalhães Lima, no âmbito da 4ª fase da Parque Escolar, entretanto suspensa pelo atual Governo. Por isso, perguntou qual solução seria tomada pela CMA para resolver o problema do 1º ciclo e da educação pré-escolar em Esgueira. Da mesma forma, estando suspensa a referida 4ª fase, que solução previa a CMA para requalificar o Conservatório de Música, já que o protocolo previsto para tal, também no âmbito da Parque Escolar, estava suspenso.

Por fim, e consideradas todas as alterações previstas para os centros escolares, quis saber para quando está prevista a revisão da Carta Educativa, pois é imperioso fazê-lo, sob pena de se estar a projetar um futuro com base em dados do passado.

Sobre a colocação das auxiliares de educação em jardins-de-infância de alguns agrupamentos do Concelho, a ideia da Câmara era fazer protocolos com as juntas de freguesia. Porém, como nem todas as Juntas de Freguesia

aceitaram a proposta de fazer protocolo com associações, solicita informações sobre como foram feitos os protocolos e que tipos de contratos foram feitos com as pessoas, uma vez que se trata de dinheiro público. Disse que os diretores de agrupamentos não haviam sido informados, nem pela CMA, nem pelas juntas de freguesia, sobre o desenvolvimento desses contratos e que lhe havia sido transmitido que desde junho não houve reuniões entre os diretores e o Sr. Vereador responsável pela área educativa ou pelos respetivos serviços da CMA. Por isso, deixava esta recomendação de serem melhor informados os diretores, registando o que intitulava como lamento desses diretores.

O Sr. **Vereador Dr. João Sousa** solicitou esclarecimentos sobre as medidas tomadas pela CMA face ao anúncio do Governo da suspensão da construção do Campus da Justiça de Aveiro, bem como a situação em que fica o protocolo assinado entre a CMA e o Ministério da Justiça, que permitia a instalação do Tribunal Administrativo e Fiscal no antigo Convento das Carmelitas propriedade da Autarquia.

Sobre o plano de saneamento financeiro em curso e a sua revisão, que já deveria ter sido feita para acolher o eventual contrato de gestão do EMA a celebrar entre a CMA e o Beira-Mar, atendendo à proposta de recomendação aprovada na Assembleia Municipal pela generalidade das forças políticas ali representadas, solicitou informações sobre o atual estado de elaboração e quando seria apresentada para discussão em reunião de Câmara.

Sobre a obra da Rua Eça de Queirós, nas 5 Bicas, disse ser inconcebível que estivesse a ser realizada há 5 meses, sem fim à vista, o que demonstrava ausência de planeamento e incapacidade do empreiteiro, que provocava graves prejuízos aos munícipes. Lembrou que a diferença entre os dois primeiros classificados no concurso tinha sido de apenas 250,00€, sendo que a empresa vencida tinha muito maior capacidade de resposta, pelo seu historial, razão pela qual entendia que o critério de se escolher empreiteiros somente em função do preço podia levar a ocorrência de casos como este. No seu entendimento os critérios de adjudicação deveriam ser ponderados em futuros concursos, não devendo a adjudicação estar condicionada unicamente pelo parâmetro do preço.

Em relação à obra da Capela de São Tomás de Aquino, que parou pouco tempo após seu início, solicitou informações sobre os motivos que originaram a citada paralisação.

Por último solicitou à Sra. Vereador Dra. Maria da Luz Nolasco que o processo de escolha das personalidades a quem iriam ser atribuídas distinções honoríficas no próximo dia 12 de Maio, fosse desenvolvido com a antecedência necessária, por forma a que não ocorram os problemas verificados no ano passado.

A Sr.<sup>a</sup> **Vereadora Dr.<sup>a</sup> Maria da Luz Nolasco** referiu-se à notícia publicada pela comunicação social do projeto sobre alimentação nos bairros, que havia apresentado em reunião do Executivo, pelos jovens do DECA (Departamento de Comunicação e Artes, da Universidade de Aveiro), que tinha como objetivos a divulgação de atos de alimentação saudável, a prevenção da obesidade infantil, alterações de hábitos alimentares, entre outros. Envolveu diversas instituições como agrupamentos escolares, de solidariedade social, centros sociais e paroquiais, centros de saúde etc. Teve como mecenas a empresa de publicidade e design Audiodecor, assim como o Grupo Auchan, e envolveu os Pelouros da Saúde, Educação e Habitação Social.

*R. Im...* *P. Que...*

O Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira, em resposta às questões dos Srs. Vereadores Dr.<sup>a</sup> Helena Libório e João Sousa, referiu que já foram equacionadas alterações com a DREC, em reunião com a CMA, em termos das previsões do número de alunos para os próximos anos, no que se refere aos centros escolares da Barrocas, Cacia, Santa Joana etc., estando em fase de acertos na tipologia e na adequação das novas valências. Sobre São Jacinto, confirmou que se tratava de trazer o jardim-de-infância para junto da escola, requalificá-la e integrar as novas valências. Quantos aos agrupamentos, disse que será considerada seguramente essa nova realidade na revisão da Carta Educativa, e que houve o cuidado de se terem reunido com a diretora regional, para auscultar quais seriam os critérios para a implementação. Reconheceu que não tem havido, nestes últimos meses, reuniões com os diretores em conjunto, só reuniões com diretores individualmente.

Em relação ao plano de saneamento financeiro, disse que em 2011 não foi possível fazer a revisão pretendida, uma vez que houve uma quantidade significativa de alterações e transferências a que esteve obrigada a fazer a CMA, e que alteraram de modo significativo o desempenho financeiro.

O Sr. Vereador Eng.<sup>o</sup> Carlos Santos, em relação à obra das 5 Bicas, a pavimentação da Rua Eça de Queirós, disse que se tratava de um caso complicado, que estão a fazer tudo para resolver, o mais depressa possível. Disse que o empreiteiro, ao retirar o piso, constatou que as condutas de água não estavam em boas condições para suportarem um novo piso, e que deveriam ser trocadas. Foi contactada a ADRA, que encarregou o próprio empreiteiro que estava na obra de executar a troca. A CMA, após contactar a ADRA e verificar que não havia dívidas com o empreiteiro, deu a este um prazo para terminar a obra, sob pena de cancelar a empreitada, que terminaria dali a dois dias.

O Sr. Presidente disse que quanto ao campus de Justiça há uma decisão do Governo de suspender a execução de 10 campus, e num deles a obra já estava adjudicada e foi anulada, que é uma decisão que preocupa e com a qual a CMA não concorda mas que tem de acatar, e que têm sido feitas diligências para afirmar a posição da CMA.

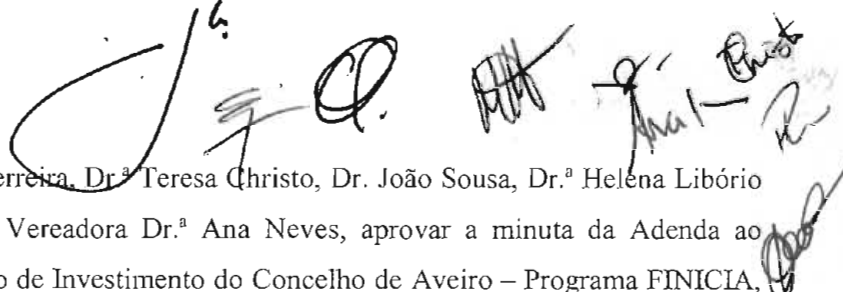
A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Dr.<sup>a</sup> Ana Neves tomou a palavra para solicitar ao Sr. Presidente esclarecimentos relativos ao processo de averiguação movido ao ex-colega Vereador Dr. Miguel Fernandes, já que tinha tido conhecimento que o mesmo teria sido arquivado pelo Ministério Público. Caso o Sr. Presidente estivesse em condições de confirmar essa informação, gostaria de saber que conclusões seriam de retirar e que consequências adviriam sobre o caso, entregue ao Dr. Castanheira Neves.

### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente deu início à discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia.

### GABINETE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E FUNDOS ESTRUTURAIS

De acordo com a proposta n.º 09/2011, do Gabinete de Desenvolvimento Económico e Fundos Estruturais e com a informação n.º 704/DJ/DCC/2011, da Divisão de Consultadoria e Contencioso, do Departamento Jurídico, foi deliberado, por maioria, com os votos a favor do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores Dr.<sup>a</sup> Maria da



Luz Nolasco, Eng.º Carlos Santos, Dr. Pedro Ferreira, Dr.ª Teresa Christo, Dr. João Sousa, Dr.ª Helena Libório e Dr.ª Marília Martins e a abstenção da Sr.ª Vereadora Dr.ª Ana Neves, aprovar a minuta da Adenda ao Protocolo Financeiro e de Cooperação do Fundo de Investimento do Concelho de Aveiro – Programa FINICIA, celebrado em 17 de novembro de 2008, entre o Município de Aveiro, o Banco BPI, S.A., a Norgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., a AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro e o IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P., anexa à presente ata.

O Sr. **Vereador Dr. João Sousa** solicitou ao Dr. Pedro Ferreira que, quando for possível, lhe faculte informação sobre este programa FINICIA, nomeadamente o número de contratos celebrados até ao momento e os montantes envolvidos.

O Sr. **Vereador Dr. Pedro Ferreira** comprometeu-se a trazer informação detalhada.

A Sr.ª **Vereadora Dr.ª Ana Neves** constatou que a proposta de Adenda não vinha acompanhada do Protocolo Financeiro e de Cooperação do Fundo de Investimento do Concelho de Aveiro, e que, portanto, a percepção da relevância da Adenda no conjunto do protocolo ficava, no seu ponto de vista, por esclarecer.

### VIAS E CONSERVAÇÃO

De acordo com a proposta n.º 128 DVC/2011, da Divisão de Vias e Conservação, do Departamento de Projetos e Gestão de Obras Municipais, e considerando que na reunião de Câmara do dia 28 de abril do ano passado, foi deliberado declarar a caducidade do Alvará de Loteamento n.º 10/2007 e conseqüente a sua cassação, e ainda que fosse a Câmara Municipal a promover à realização das obras de urbanização, acionando para o efeito as respetivas cauções, foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente, datado de 2 de janeiro de 2012, que autorizou a abertura de procedimento por ajuste direto, nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação 18-A/2008, de 28 de março, e alterado pelos Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro e Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, para a realização da empreitada Execução das Infraestruturas do loteamento n.º 636/2001 e ligação à Avenida Fernando de Oliveira – Cacia, para a qual se prevê um preço base de 120.200,00€ (cento e vinte mil e duzentos euros).

Foi ainda deliberado, por unanimidade, designar como fiscal da presente empreitada a Eng.ª Ana Ferro, dando cumprimento ao estabelecido no artigo 302.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

### SERVIÇOS GERAIS

No seguimento da informação DSU\_DSG\_030/2011 da Divisão de Serviços Gerais, do Departamento de Serviços Urbanos, e para garantir o abastecimento de material elétrico para os serviços de eletricidade da CMA e das Empresas Municipais Moveaveiro, EMA e TEMA, foi deliberado, por unanimidade, abrir concurso para FORNECIMENTO CONTÍNUO DE MATERIAL ELÉTRICO, plurianual, para os anos 2012 e 2013, com uma base de licitação de 35.203,74€ (trinta e cinco mil, duzentos e três euros e setenta e quatro cêntimos), para o ano de

2012 e 36.963,92 € (trinta e seis mil, novecentos e sessenta e três euros e noventa e dois cêntimos), para o ano de 2013, ambos os valores acrescidos de IVA.

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Dr.<sup>a</sup> Ana Neves questionou o facto do cabimento realizado pela Câmara estar a ser efetuado pelo valor total do fornecimento, o que lhe parecia incorreto, parecendo-lhe, antes, dever cada entidade (CMA, TEMA, EMA e Moveaveiro) ser responsável pela sua parte. A não ser assim, questionava-se como seria, depois, imputado a cada entidade o custo de aquisição do material.

O Sr. Vereador Dr. João Sousa expressou a mesma dúvida da Dr.<sup>a</sup> Ana Neves, ou seja, como é que se vai desenvolver o processo de tramitação, dado o cabimento e a aquisição serem feitos pela Câmara. Questionou como é que as Empresas Municipais e os Serviços Municipalizados vão requisitar o material, e, como irá se processar o pagamento.

O Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira explicou que a Câmara Municipal, neste processo de aquisição, é a líder, tal como previsto no Código de Contratação Pública. Numa fase posterior, o vencedor tem de fornecer cada entidade separadamente, sendo que cada uma delas terá de fazer as respetivas requisições no âmbito do fornecimento contínuo.

### CONTRATAÇÃO PÚBLICA

De acordo com a proposta n.º 14/DE/2011, da Divisão de Educação, do Departamento de Educação Juventude e Desporto, e de forma a garantir os serviços de refeições aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico de todas as escolas da rede pública, foi deliberado, por unanimidade, aprovar as minutas de Protocolos de Colaboração a celebrar entre a Câmara Municipal de Aveiro e Instituições Particulares de Solidariedade Social e Juntas de Freguesia, anexas à presente ata.

Foi ainda deliberado, por unanimidade, autorizar que se proceda à transferência de verbas para as entidades que irão garantir os serviços de refeição de Setembro de 2011 a Junho de 2012, conforme indicado no quadro.

ENTIDADE	VALOR
JUNTA DE FREGUESIA DE S. JACINTO	4.118,40 €
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DA VERA CRUZ	17.393,75 €
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL SANTO ANDRÉ ESGUEIRA	1.815,00 €
CENTRO INFANTIL ARTE E QUALIDADE	2.423,86 €
CENTRO SOCIAL DE ESGUEIRA	5.500,50 €
JUNTA DE FREGUESIA DA VERA CRUZ	1.197,90
<b>SOMA</b>	<b>32.449,41 €</b>

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Dr.<sup>a</sup> Helena Libório questionou porque é que o valor das refeições no Centro Paroquial da Vera Cruz é muito superior ao das outras instituições.

O Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira respondeu que tal, provavelmente, terá a ver com a comparticipação do Ministério da Educação.

## EDUCAÇÃO

De acordo com a proposta n.º 13/DE/2011, da Divisão de Educação, e de forma a garantir os serviços de refeições Escolares e prolongamento de horário aos alunos do ensino pré-escolar de todas as escolas da rede pública, foi deliberado, por unanimidade, aprovar as minutas de Protocolos de Colaboração a celebrar entre a Câmara Municipal de Aveiro e Instituições Particulares de Solidariedade Social e Junta de Freguesia, anexas à presente ata.

Foi ainda deliberado, por unanimidade, autorizar que se proceda à transferência de verbas para as entidades que irão garantir os serviços de refeições e de prolongamento de horário de Setembro de 2011 a Junho de 2012, conforme indicado no quadro.

ENTIDADE	VALOR
JUNTA DE FREGUESIA DE S. JACINTO	8.508,90 €
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL SANTA EULÁLIA EIROL	3.476,10 €
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL SANTO ANDRÉ ESGUEIRA	4.370,00 €
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL SÃO PEDRO NARIZ	929,70€
<b>SOMA</b>	<b>17.284,70 €</b>

## NOTARIADO

No seguimento da informação n.º 1/DJ/NOT/2012, foi deliberado, por maioria, com os votos a favor do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores Dr.ª Maria da Luz, Eng.º Carlos Santos, Dr. Pedro Ferreira, Dr.ª Teresa Christo e Dr. João Sousa, e as abstenções das Sr.ªs Vereadoras Dr.ª Ana Neves, Dr.ª Helena Libório e Dr.ª Marília Martins, ratificar a outorga do Contrato de Cessão da posição contratual do Município de Aveiro para a EMA - Estádio Municipal de Aveiro, E.E.M., no protocolo de patrocínio celebrado com a PAD - Produções de Atividades desportivas, SA., outorgado em 05.07.2010.

O Sr. **Vereador Dr. João Sousa** ficou surpreendido com esta decisão de cessão de posição contratual à EMA, pois o contrato celebrado entre a Câmara e a PAD funcionava sem qualquer problema, pois não tinha encontrado qualquer consideração negativa nos documentos facultados. Mostrou igualmente a sua surpresa com o fato de a CMA estar a ceder a sua posição contratual a uma empresa em processo de extinção. Face aos considerandos apresentados solicitou explicações sobre os motivos que levaram à proposta apresentada.

A Sr.ª **Vereadora Dr.ª Ana Neves** questiona, também, o porquê deste contrato.

O Sr. **Vereador Dr. Pedro Ferreira** esclareceu que a EMA, embora esteja em processo de liquidação, não está impedida de proceder ao seu regular funcionamento. E esta é uma das atividades previstas. Esta cessão de posição contratual deve-se, sobretudo, ao facto de conseguirmos alguns benefícios fiscais, por intermédio da empresa municipal, nomeadamente a recuperação de algum IVA.

## NOTARIADO

No seguimento da informação n.º 831/Not/DJ/2011 da Divisão de Notariado, do Departamento Jurídico, foi deliberado, por unanimidade ratificar a adenda ao Protocolo de Cedência de Utilização Gratuita, celebrado





Carlos Santos, Dr. Pedro Ferreira, Dr.<sup>a</sup> Teresa Christo, Dr. João Sousa, Dr.<sup>a</sup> Helena Libório e Dr.<sup>a</sup> Marília Martins, e a abstenção da Sr.<sup>a</sup> Vereadora Dr.<sup>a</sup> Ana Neves, aprovar a construção de moradia unifamiliar, garagem e muro, a levar a efeito na Rua da Bália, em Vilarinho, Freguesia de Cacia.

### GESTÃO URBANÍSTICA DE OBRAS PARTICULARES

Na sequência da vistoria efetuada às obras de urbanização do loteamento do prédio sito na Estrada de Vilar, na freguesia da Glória, em nome de CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MUTUO DE AVEIRO, a que se refere o processo de obras n.º 415/1990, e de acordo com a informação n.º DGU 6101/2011, da Divisão de Gestão Urbanística, do Departamento de Gestão Urbanística de Obras Particulares, foi deliberado, por unanimidade, indeferir a receção definitiva das obras de urbanização tituladas pelo alvará n.º 3/1995.

### GESTÃO URBANÍSTICA DE OBRAS PARTICULARES

Na sequência da vistoria efetuada às obras de urbanização de um loteamento, na rua do Carreguinho, da freguesia de Cacia, em nome de VIRGÍLIO DIAS ALVES, a que se refere o processo de obras n.º 76/2006, e de acordo com a informação n.º DGU 6100/2011, da Divisão de Gestão Urbanística, do Departamento de Gestão Urbanística de Obras Particulares, foi deliberado, por unanimidade, indeferir a receção provisória das obras de urbanização tituladas pelo alvará n.º 11/2008.

De seguida, o Sr. Presidente solicitou a introdução na ordem do dia, dois assuntos urgentes, que careciam de deliberação, ao abrigo do disposto no art.º 83.º parte final, da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de janeiro, tendo os elementos presentes deliberado, por unanimidade, aceitar a introdução dos assuntos abaixo indicados:

### GESTÃO URBANÍSTICA DE OBRAS PARTICULARES

Considerando que está em curso um projeto de recuperação urbanística para a arrematação do direito de espaço público com painéis publicitários, foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente, de 2 de janeiro, que retirou da hasta pública a localização n.º 19, mantendo-se apenas a 20, da atribuição do direito de ocupação de espaço público para a instalação e exploração de 56 painéis publicitários, na dimensão de 8mx3m, em virtude de se entender que a presença de apenas um painel é mais consentânea com os resultados urbanísticos pretendidos.

### CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Na sequência do procedimento por concurso público internacional n.º 14 e da deliberação de Câmara, datada de 15 de dezembro passado, que autorizou a adjudicação da "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA (REFEIÇÕES E PROLONGAMENTO DE HORÁRIO) NOS JARDINS DE INFÂNCIA DO CONCELHO DE AVEIRO, NOS MESES DE JANEIRO A JULHO DE 2012", ao concorrente "GERTAL – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A., foi deliberado, por maioria, com os votos a favor do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores

Dr.<sup>a</sup> Maria da Luz, Eng.<sup>o</sup> Carlos Santos, Dr. Pedro Ferreira, Dr.<sup>a</sup> Teresa Christo, Dr. João Sousa, Dr.<sup>a</sup> Helena Libório e Dr.<sup>a</sup> Marília Martins, e a abstenção da Sr.<sup>a</sup> Vereadora Dr.<sup>a</sup> Ana Neves, aprovar a minuta do respetivo contrato.

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Dr.<sup>a</sup> Ana Neves disse que a razão justificativa para esta abstenção se prendia com o facto de não ter estado presente na reunião em que foi deliberada a abertura do procedimento.

#### *Período de Intervenção do Público*

O Sr. **Pinto** utilizou quase todo o tempo da sua intervenção para criticar as ações do Governo da República e discordar das decisões tomadas sobre os diversos assuntos, bem como denunciar a pretensa perseguição que sofre por parte da PSP, alegando ser consequência da dominação do país pelas forças de esquerda, orquestradas pela Carbonária e pela Maçonaria.

Apresentou algumas sugestões de intervenções em Aveiro, nomeadamente em alguns prédios envolventes da Praça da República, que necessitam de reparação, como a Escola Secundária Homem Cristo, que carece de pintura. Criticou a ideia de construção de uma ponte pedonal na baixa de Santo António. Sugeriu uma homenagem póstuma ao falecido proprietário do Café Avenida, Sr. António Modesto. Disse que casa do antigo bispo, D. António Lima Vidal, na Rua Gravito, estava degradada. Sugeriu que fossem adotadas medidas para que nas reformas de prédios fossem utilizados azulejos, como forma de preservar a tradição de Aveiro como cidade da cerâmica de azulejos. Lembrou a necessidade de alargar passeios da Rua do Gravito, da Rua de Sá, da Rua Cândido dos Reis, e algumas outras da cidade.

#### APROVAÇÃO EM MINUTA

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de janeiro, tendo a mesma sido distribuída por todos os Membros da Câmara Municipal, e por eles assinada.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião às 22:10. Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que foi assinada pelo Sr. Presidente da Câmara Dr. Élio Manuel Delgado da Maia e por mim, João Carlos Vaz Portugal, João Carlos Vaz Portugal, Diretor do Departamento Administrativo e de Pessoal.

*[Handwritten signatures and names on a lined document:]*  
P  
WLN  
C.S.  
P.F.  
A. M.  
J.S.  
M.M.

João Carlos Vaz Portugal  
Teresa Christo  
João Libório  
Helena Libório  
Marília Martins